Jornal da CNTC

70 anos CNTC 1946 - 2016

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 7 • Edição 74 • Abril / Maio 2017 | Distribuição gratuita

"A Reforma Trabalhista não liberta, ela escravisa", diz ministro do TST

PÁGINAS 7 A 9

NOTÍCIAS

CNTC aprova com Walmart Programa de Participação nos Resultados para comerciários

PÁGINA 3

REFORMA TRABALHISTA

Representante da CNTC critica Reforma Trabalhista em audiência no Senado

PÁGINA 10

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: AV W5 - SGAS 902, Bloco C, Brasília - DF - CEP 70390-020 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Raul Lênnon • **IMPRESSÃO:** Gráfica Ideal • **EDITORAÇÃO:** Yanderson Rodrigues • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Marina Gomes Barbosa – RP: 00009584/DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1° Vice-Presidente*: Vicente da Silva • *2° Vice-Presidente:* Luiz Carlos Motta • *Diretor Secretário Geral:* Lourival Figueiredo Melo • *Diretor 1º Secretário:* Idelmar de Mota Lima • *Diretor Tesoureiro Geral:* Saulo Silva • *Diretor 1° Tesoureiro:* Edson Geraldo Garcia • *Diretor de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Relações Internacionais:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor de Formação Sindical:* Ronaldo Nascimento • *Diretor de Assuntos Jurídicos:* Valmir de Almeida Lima • *Diretor de Previdência e Seguridade Social*: Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos:* Ronildo Torres Almeida • *Diretora de Políticas para as Mulheres:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:* Armando Henrique • *Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude:* Márcio Luiz Fatel • *Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho:* Guiomar Vidor • *Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:* José Ribamar Rodrigues Filho • *Diretor de Imprensa e Comunicação Social:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor de Políticas de Qualificação Profissional:* Carlos Dionísio de Morais • *Diretor de Políticas de Econômicas:* José Martins dos Santos.

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza • José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim • Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes • Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha • Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz • Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura • Dorvalino de Oliveira

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Foto: Arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto

É certo que o governo não tem tido a credibilidade que almejava ao assumir o governo após o período traumático para a política e economia brasileira que enfrentamos nos últimos meses. O atual presidente tenta promover mudanças graves e drásticas no Brasil com as propostas de Reforma Trabalhista, que representa um desmonte escancarado da rede de proteção aos trabalhadores e um retrocesso gritante nos direitos sociais e trabalhistas; e de Reforma da Previdência, que joga sobre o trabalhador a culpa pelos gastos descontrolados e irresponsáveis dos governos, fazendo com que se aumente o tempo de contribuição previdenciária dos trabalhadores às custas de um ajuste fiscal que poderia ser promovido por outros meios e sem gerar tantos danos à população.

Na visão do presidente da República a culpa da crise econômica é exclusiva da classe trabalhadora e do cidadão pobre que tem como única expectativa de sobrevivência, após contribuir por toda sua vida laborativa, o benefício da aposentadoria. O senhor Michel Temer enxerga o trabalhador como um parasita do sistema previdenciário e um chantagista ao patronato. O senhor presidente não se dispõe a ouvir as demandas das Confederações representantes dos trabalhadores.

A ganância política no Brasil levou a uma grave transgressão de valores éticos, morais e do patriotismo. Grande parcela daqueles que deveriam representar os interesses da população e trabalhar para garantir serviços e políticas públicas de qualidade têm se esquecido dos seus representados, sobrepondo seus próprios interesses aos da coletividade.

Diante desse cenário obscuro na política brasileira, no qual parlamentares e ex-ministros estão envolvidos em processos de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, e o próprio Presidente tornou-se alvo de investigação, é evidente que não há clima para dar-se continuidade às Reformas propostas pelo governo e defendidas como essenciais para a recuperação econômica do país.

Não há clima e tão pouco credibilidade deste presidente para continuar defendendo alterações que enfatiza como importantes para o país quando o próprio desrespeita o povo e seus valores.

A CNTC acredita e defende que o que o país precisa no momento não é de mudanças que afetam a classe trabalhadora, mas de mudanças que garantam a efetiva representação de seus interesses e luta por seus direitos e necessidades.

O país precisa que sua população seja respeitada, que práticas corruptas sejam cada vez mais escancaradas e punidas e que a transparência, legalidade e moralidade prevaleçam tanto na esfera pública quanto privada.

A CNTC defende o respeito à população brasileira, à classe trabalhadora e principalmente ao Estado Democrático de Direito. Queremos o diálogo do governo com os legítimos representantes dos trabalhadores para a construção de uma Reforma Trabalhista que leve em conta as demandas da classe trabalhadora além dos interesses da classe patronal, e que formule uma proposta equilibrada.

Levi Fernandes Pinto
Presidente

NOTÍCIAS

CNTC aprova com Walmart Programa de Participação nos Resultados para comerciários

Pagamento da PLR de 30% da empresa aos comerciários que atingirem a meta será analisado junto à diretoria da rede

Tratado com os dirigentes sindicais de federações e sindicatos vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), o consultor de negociações coletivas do Grupo Walmart Brasil, dr. Flávio Obino Filho, fechou no dia 6 de junho, o acordo coletivo do Programa de Participação nos Resultados (PPR) e a minuta de compromisso da rede de supermercados com as relações sindicais e de trabalho. O pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 30% da empresa aos comerciários e 70% às lojas que atingirem a meta de 100% da meta global será analisado junto à diretoria da rede. A reunião aconteceu na sede da CNTC em Brasília.

Para o diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da CNTC, Guiomar Vidor, o papel dos sindicatos e federações na construção do diálogo com a rede de supermercados no país é importante e fortalece a garantia dos direitos trabalhistas dos comerciários. "Estamos atuando de forma contundente para encontrar soluções para os problemas colocados. Esperamos que o encontro resulte em melhorias concretas para os trabalhadores", disse.

A PLR é garantida no acordo ou na convenção dos sindicatos e permite ao trabalhador contar com uma recompensa de reconhecimento pelo bom desempenho e produtividade. Trata-se de um benefício que funciona como uma espécie de bônus pago pela empresa de acordo com o seu lucro em determinado período.

WALMART BRASIL

Presente no país desde 1995, o Walmart é o terceiro maior grupo supermercadista do país. No Brasil, incluindo as unidades que estão sendo fechadas, o Walmart tem cerca de 500 supermercados, 200 farmácias, 50 restaurantes e 10 postos de gasolina em 18 estados e no Distrito Federal, além do comércio eletrônico. O grupo trabalha também com as bandeiras Big, Bompreço, Mercadorama, Todo Dia, Maxxi Atacado e Sam's Club.

REPRESENTATIVIDADE

Participaram do encontro representantes da CNTC, Fecosul, Fecep, Fetracom-MS, Fepospetro, Fecomerciários-MA, Feconeste, Fecombase, Fecomerciários-MG, Fecomerciários-SP e do Sindicato dos Comerciários de Salvador (BA).

REFORMA TRABALHISTA

Diretoria da CNTC se reúne com senadores contra a Reforma Trabalhista

Representantes da CNTC entregam aos parlamentares manifesto contra a reforma trabalhista

O 1º E O 2º VICE-PRESIDENTES DA CNTC, VICENTE DA SILVA E LUIZ CARLOS MOTTA, RESPECTIVAMENTE, AO LADO DO DIRETOR SECRETÁRIO-GERAL DA ENTIDADE, LOURIVAL FIGUEIREDO MELO, ESTIVERAM NO DIA 9 DE MAIO, NO SENADO, EM REUNIÃO COM PARLAMENTARES SOBRE A REFORMA TRABALHISTA.

Os representantes da CNTC foram recebidos pelos senadores Airton Sandoval (PMDB-SP), José Serra (PSDB-SP) e Marta Suplicy (PMDB-SP), aos quais foram entregues o manifesto e a posição da CNTC contra a reforma trabalhista.

O grupo foi recebido ainda pelos assessores dos senadores Dário Berger (PMDB-SC), Wilder Moraes (PP-GO) e Ângela Portela (PDT-RR).

A CNTC tem atuado incansavelmente contra a aprovação da reforma trabalhista. Entre os principais pontos do texto aprovado pela Câmara, que será analisado pelo Senado, destacam-se como negativos aos direitos trabalhistas os seguintes itens: a) ampliação da terceirização de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal (art. 4º-A); b) contrato de trabalho de jornada intermitente (arts. 443, 452-A e 611-A); c) eliminação da fonte de custeio das entidades sindicais, passando a contribuição sindical de compulsória para facultativa aos filiados (arts. 545, 578, 579, 582, 602 e 611-B); d) permissão da habitualidade na realização de horas extras (art. 59-C); e) criação do trabalhador hipossuficiente, com a finalidade de possibilitar a livre estipulação de negociação (art. 444); f) contratação de autônomo em substituição ao trabalhador (§§ 2º e 3º do art. 58); g) responsabilidade das obrigações trabalhista em caso de sucessão empresarial ou de empregadores (art. art. 448-A); h) permissão para que o acordo coletivo sobreponha a convenção coletiva de trabalho, entre outros.

REFORMA TRABALHISTA

Renan Calheiros recebe CNTC no Senado

O líder do PMDB no Senado, senador Renan Calheiros, recebeu, no dia 17 de maio, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto; o secretário-geral da entidade, Lourival Figueiredo Melo; o diretor de Assuntos Legislativos, José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, e o diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da CNTC, José Ribamar Rodrigues Filho, para debater as propostas em tramitação no Congresso Nacional de retirada de direitos da classe trabalhadora.

Contra a Reforma Trabalhista, os dirigentes da CNTC entregaram ao senador a contraproposta da entidade aos pontos polêmicos citados no texto do PLC 038/2017 em debate no Senado. Renan Calheiros ouviu atentamente os pontos de mudanças na Reforma defendidos pela CNTC e os impactos que o projeto trará para os trabalhadores, principalmente aos comerciários, caso seja aprovado no Congresso Nacional.

Senador Renan Calheiros afirma que momento na Casa é de debater todos os pontos da Reforma

O senador afirmou ainda que o momento na Casa é de debater todos os pontos da Reforma e que é fundamental o posicionamento da CNTC ao PLC 038/2017. Também estiveram presentes no encontro a senadora Katia Abreu (PMDB-TO) e o senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

DEFESA DO TRABALHADOR

Representante da CNTC fala sobre as consequências da Reforma Trabalhista em seminário do Ministério Público do Trabalho

Seminário contou com a participação do Ministro do TST Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e da vice-presidente da ANPT, Ana Cláudia Monteiro

O diretor secretário-geral da CNTC, Lourival Figueiredo Melo, representou a entidade no dia 30 de maio, no seminário "Direito do Trabalho e Movimento Sindical: passado, presente e futuro", realizado na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília.

O seminário contou ainda com a participação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e da vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ana Cláudia Monteiro.

Para o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, o argumento dos defensores da reforma, segundo o qual as alterações legislativas resolveriam a crise e gerariam empregos, é falacioso. Ele citou estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que é analisada a aplicação das chamadas medidas flexibilizadoras de normas trabalhistas.

"Em 63 países onde foram implementadas medidas semelhantes às que querem implantar aqui no Brasil, o resultado foi o seguinte: houve a troca de empregos protegidos e por tempo indeterminado por subempregos, com menor salário e desprotegidos", argumentou Fleury.

Lourival Figueiredo Melo falou sobre alguns pontos da reforma trabalhista e os impactos que trarão para a vida do trabalhador.

"Com o discurso de que a reforma trará mais empregos, o governo tenta influenciar a população. Mas isto não é verdade. Este projeto não gera um só emprego. Ao contrário, ele significa um grande retrocesso às leis trabalhistas do nosso país. Ele trará insegurança jurídica para o trabalhador, aumento da jornada de trabalho, perdas dos direitos trabalhistas, esvaziamento das funções dos sindicatos, prevalência do negociado sobre o legislado, redução salarial e precarização dos direitos trabalhistas", afirmou o representante da CNTC.

Entidades do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS) elaboraram uma nota conjunta em que pedem aos senadores a realização de novas audiências públicas para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista.

Na Carta de Brasília, os signatários denunciam que a reforma, em vários trechos, viola a Constituição e os tratados internacionais firmados pelo Brasil, como é o caso da Convenção 144, ratificada pelo país em 1994, que trata da necessidade de realização de consultas à sociedade em matérias legislativas referentes ao mundo do trabalho. O texto também alerta que a reforma precariza as relações de trabalho; permite a terceirização em todas as atividades, o que potencializa a ocorrência de acidentes de trabalho; dificulta o acesso à justiça pelos trabalhadores; e promove a desvalorização dos sindicatos.

ENTREVISTA

"A Reforma Trabalhista não liberta, ela escraviza", diz ministro do TST

Ministro do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST) DESDE 2006, LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO FILHO É UMA DAS VOZES DO JUDICIÁRIO CONTRA A REFORMA TRABALHISTA E A TERCEIRIZAÇÃO. "A REFORMA TRABALHISTA TEM SIDO ANUNCIADA COMO SE FOSSE ALGO MODERNO E BENÉFICO. ELA NA VERDADE DESCONSTRÓI O DIREITO DO TRABALHO ATÉ ENTÃO SEDIMENTADO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, ELA ABALA TODAS AS ESTRUTURAS QUE JUSTIFICAM O DIREITO DO TRABALHO." "TEMOS NO DIREITO DO TRABALHO UMA LEGISLAÇÃO ESPECIAL FEITA PARA EQUILIBRAR UMA RELAÇÃO DESIGUAL E QUE AGORA SERÁ INVERTIDA. ELA PASSA A PROTEGER O EMPREGADOR. SERIA MELHOR REVOGAR A CLT E MANDAR APLICAR O CÓDIGO CIVIL QUE SERIA MAIS BENÉFICO DO QUE FICAR COM ESSA REFORMA", AFIRMA O MINISTRO.

Vieira de Mello conversou com o site da CNTC e com o *Jornal da CNTC* sobre a matéria:

Como o senhor avalia o projeto de Reforma Trabalhista que tramita no Congresso Nacional?

É necessária uma conscientização do momento que o Brasil está passando, principalmente no que diz respeito à preservação dos direitos sociais e à preservação dos direitos dos trabalhadores. A Reforma Trabalhista tem sido anunciada como se fosse algo moderno e benéfico. Ela na verdade desconstrói o Direito do Trabalho até então sedimentado em todo o território nacional; ela abala todas as estruturas que justificam o Direito do Trabalho.

A sociedade brasileira não tem ideia do que vai acontecer. Os trabalhadores não têm ideia das consequências. Ela impacta no modelo de justiça empregado hoje em nosso país. Ela é uma lei anomalamente produzida de uma forma para que seja imposta à sociedade brasileira. Por isso que o tempo é um grande instrumento em prol do Direito. O Direito não gosta da pressa. E isso vai fazer com que no regime normal, com um governo legítimo e representativo, nós tenhamos, quem sabe, a revisão disto que possivelmente passará. Mas a Reforma Trabalhista suprime direitos dos trabalhadores.

Como o senhor vê a jornada intermitente?

Imagine uma jornada de trabalho em que você fica à disposição do empregador para ele te convocar quando ele quiser. Você vai trabalhar duas horas, vai receber sem garantias e estabilidades. Como o trabalhador vai sustentar a família, sem garantia nenhuma? Nunca vi nada tão tenebroso, difícil imaginar. Não poderia imaginar que o legislador fosse fazer algo nessa proporção. Estão fazendo isso com uma parcela da população desprotegida; com quem é indefeso. Acho uma covardia.

É cruel essa proposta do contrato intermitente. Pior, a jornada intermitente. Nós vamos lembrar daqueles grandes exemplos de filmes de antigamente com enormes armazéns onde ficava uma enormidade de trabalhadores encostados esperando o empregador sair e falar: você trabalha hoje 2 horas. No final verifica-se quantas horas trabalhou e paga o funcionário. Tiram qualquer segurança do trabalhador, que fica à disposição do empregador, mas não tem segurança alguma do salário que receberá. Como poderá sustentar a sua família sem nenhum tipo de segurança?

Os defensores da Reforma Trabalhista dizem que ela irá gerar novas vagas de trabalho, como o senhor vê isto?

Nenhuma lei é capaz de gerar emprego. O que gera emprego é crescimento e desenvolvimento econômico. Não é só crescimento econômico, porque sem desenvolvimento significa que há enriquecimento de uma parcela da sociedade, aquele 1% mais rico.

Eles dizem que querem aumentar o emprego, mas aumentam a jornada. Significa que estou reduzindo postos. Todo esse discurso, quando ele é raciocinado com tempo se pode inferir o que essa lei faz; ela está sendo votada apressadamente para não dar tempo para que as pessoas possam conhecê-la.

Nós já tivemos com essa mesma legislação em um momento de pleno emprego, e ninguém falou em acabar com a CLT. Agora que houve um processo político que desconstruiu o país, tornou-o ingovernável, que acarretou um período de instabilidade e insegurança e que consequentemente devassou também a economia. Acabou com o crescimento e agora a CLT é a culpada. Se temos crescimento, desenvolvimento e distribuição de renda, o ciclo volta para o mesmo lugar. O empregador esqueceu que no momento em que ele emprega, o próprio empregado irá consumir os bens que está produzindo. A economia volta a circular. Mas se você vai reduzir os salários, a ponto de que os empregados ganharem apenas vão ganhar o suficiente para comer e sustentar minimamente a família, ficará difícil manter o consumo e o crescimento econômico. Teremos um país onde as pessoas irão ganhar de um a três salários mínimos.

E sobre a redução do intervalo de descanso dos empregados?

Dizem que com a redução do intervalo você poderá ir mais cedo para casa, isso é mentira. O que nós sabemos, por exemplo, é que o maior número de acidentes acontece justamente no retorno do intervalo, e o intervalo existe para a preservação física do trabalhador. Estudos feitos pela OMS provam a necessidade do intervalo. Ao longo de sua vida o trabalhador sentirá as consequências em sua saúde. O Direito do Trabalho busca exatamente isso, algo que seja civilizado, que resguarde um patamar mínimo de existencialismo ao trabalhador.

E o negociado sobre o legislado?

O negociado sobre o legislado desconstrói o Direito do Trabalho. Simples assim. O Direito do Trabalho passa a ser direito comum, ou seja, Direito Civil. A negociação é para um patamar acima daquilo que estabelece a lei, mas vão partir para negociações abaixo daquilo que está garantido. Abaixo do mínimo.

A convenção coletiva sai, como se fosse um elevador de um prédio, do térreo e vai pra cima. O térreo está sempre lá. A negociação vai fazer com que se faça um lobby para a criação de dois andares para baixo. O elevador vai descer e o sindicato vai trabalhar para não descer o elevador. Não vai trabalhar para subir, vai trabalhar para impedir que desça. Os horizontes não estão bons.

Temos, no Direito do Trabalho, uma legislação especial feita para equilibrar uma relação desigual e que agora será invertida. Ela passa a proteger o empregador. Seria melhor revogar a CLT e mandar aplicar o Código Civil, que seria mais benéfico do que ficar com essa reforma

Muitos afirmam que a Justiça do Trabalho é protecionista, por isso a necessidade de se rever a legislação.

O discurso de protecionismo do Direito do Trabalho é muito curioso. A legislação do trabalho é protecionista mesmo; ela nasceu exatamente para estabelecer, mediante a lei, um equilíbrio entre desiguais. O empregador detém poder diretivo, poder de organização, ele tem o poder de controle da concentração econômica e o controle da empresa. Como é que uma pessoa pode dizer que um empregado no âmbito de uma empresa tem alguma condição de debater de igual para igual com o seu empregador? É impossível. Imagina no setor de comércio o que significará essa lei em relação aos contratos intermitentes. Será uma precarização ampla. Isso sem falar na terceirização. A terceirização é um instrumento de redução de custo. Daquele que está na base da pirâmide. Ele está transferindo um ônus que é de toda a sociedade para aqueles que são os mais vulneráveis.

Temos a legislação trabalhista que é protecionista, aí a retórica não é a justiça e sim a legislação. E é para isso que existe a Justiça do Trabalho. Podemos ter o mesmo raciocínio com o consumidor, a legislação protege o consumidor, e isso ninguém fala, ninguém vai discutir a extinção da lei do consumidor. Temos o Direito Ambiental, cuja legislação protege o meio ambiente exatamente contra a força avassaladora do mercado, porque, caso contrário, acabaremos com tudo que existe de preservação ambiental no país. E do mesmo jeito o antitruste, são quatro legislações de proteção, porque elas corrigem assimetrias da sociedade. Ninguém fala em acabar, a menos que estejamos caminhando para um patamar menos civilizatório.

As leis em geral libertam; essa lei escraviza.

O senhor faz parte do grupo de 17 ministros do TST que assinaram um documento entregue ao Senado com críticas à proposta de Reforma Trabalhista. Vocês tiveram algum retorno da Casa ou do relator da proposta?

Fizeram algumas sessões no Congresso para ouvir o contraditório, mas num curto prazo. Porque uma reforma desse tamanho não poderia tramitar nesse curto prazo. Eram debates que deveriam durar de dois a três anos, para que se construísse algo de consenso, sério e equilibrado. Mas foram ouvidas pró-forma, nada aconteceu, nenhuma manifestação em sentido contrário ao que já objetivavam fazer. Tanto pode-se ver que na tramitação na CAE do Senado se propõe um relatório sem alteração. O relator propõe que algumas mudanças sejam feitas por Medidas Provisórias e pontos sejam vetados pelo presidente da República. O negócio é aprovar porque a chance é essa. É quando o próprio Congresso anuncia que a pauta é feita pelo mercado, como se vivêssemos uma Constituição liberal, e a nossa Constituição é social. Ela equilibra o valor do trabalho humano com a livre-iniciativa. Com o argumento de que é importante para o país, apressam a tramitação. Resta saber para que parcela isso interessa.

Caso a Reforma Trabalhista seja aprovada nas próximas semanas, como ficará o Direito do Trabalho? O senhor acredita em uma discussão no STF?

ENTREVISTA

Eu acho que irá suscitar ainda muito debate. Essa lei não traz nenhuma segurança, ela trará uma profunda insegurança. Os tribunais vão parar, existem inúmeras potencialidades de inconstitucionalidade a serem examinadas. São tramitações processuais que irão se alongar, consequentemente irão paralisar os tribunais. Quem serão prejudicados? Os trabalhadores que estarão precisando do socorro da Justiça.

Nós teremos muitas questões a serem debatidas ao longo desse caminho. Ninguém sabe, na verdade, como isso vai ficar, me desculpe o pessimismo, mas eu realmente tenho uma visão muito ingrata da reforma. Repito: ela não liberta, ela escraviza.

“É necessária uma conscientização do momento que o Brasil está passando, principalmente no que diz respeito à preservação dos direitos sociais e à preservação dos direitos dos trabalhadores.”

LUIZ PHILIPPE VIEIRA DE MELLO, MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

REFORMA TRABALHISTA

Representante da CNTC critica Reforma Trabalhista em audiência no Senado

O DIRETOR SECRETÁRIO-GERAL DA CNTC, LOURIVAL FIGUEIREDO MELO, PARTICIPOU, NO DIA 29 DE MAIO, DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH) DO SENADO FEDERAL.

As Reformas Previdenciária e Trabalhista foram os temas do encontro, que contou com a presença de representantes de entidades de trabalhadores, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Conselho Federal de Economia (Cofecon), da sociedade organizada, dos auditores e procuradores do trabalho, dos auditores fiscais da receita e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), entre outros.

Para Lourival Figueiredo Melo, o projeto de Reforma Trabalhista significa o desmonte dos direitos dos trabalhadores, e citou a pressão dos grandes grupos econômicos para a aprovação da proposta.

"Eu digo que o projeto não pode ser chamado de reforma, ele é na verdade um desmonte dos direitos dos trabalhadores. Se nós colocarmos o texto na prática, no setor de comércio e serviços, nós vamos retirar as pessoas que hoje têm contrato de trabalho e transformá-las em trabalhadoras escravas. Este projeto tem por trás os grandes grupos econômicos e tudo o que está nele representa o que estes grupos tentam há anos fazer diariamente. É um projeto feito por assessores de setores interessados em flexibilizar e precarizar os direitos trabalhistas e enviado aos gabinetes dos deputados. Desafio o relator e os deputados da comissão que aprovaram o texto a explicarem a proposta e os impactos que ela trará para a vida das pessoas.

Com o discurso de que a reforma trará mais empregos, o governo tenta influenciar a população. Mas isto não é verdade. Este projeto não gera um só emprego. Ao contrário, ele significa um grande retrocesso às leis trabalhistas do nosso país", afirmou Melo.

Lourival Figueiredo Melo alerta ainda que o projeto poderá trazer para muitos setores demissões em massa, transformando trabalhadores com contrato de trabalho assinado em autônomos ou terceirizados. Além disso, cita o exemplo do aumento da jornada de trabalho, que trará grandes impactos para a vida do trabalhador.

"Vocês imaginem as companheiras em uma loja do comércio trabalhando 12 horas. Como podem querer aprovar jornada de 12 horas? E ninguém está se dando conta de como isto afeta alguns setores. Aí eu acho que falta sensibilidade das pessoas. Imagina a situação onde o casal tenha que trabalhar 12 horas, levando em conta, ainda, que nas grandes cidades a média para ir e voltar do trabalho é em torno de 2 horas, eles ficarão 16 horas à disposição do trabalho. Sobram 8 horas para que eles descansem. E eu faço a pergunta: quem vai cuidar dos filhos e da família dele? Imagina o que vão fazer com uma moça que está chegando, na maioria das vezes em seu primeiro emprego, que não conhece a legislação. Alguém vai dar um contrato para ela assinar com letras minúsculas onde ela vai abrir mão de todos os seus direitos. Nós vamos transformar as pessoas em escravos. O trabalhador vai assinar qualquer coisa, ele está precisando do emprego. Essas pessoas são tão mal-intencionadas que usam os desempregados para fazerem uma reforma brutal como esta. Falar que a empresa pode contratar trabalho intermitente já é um absurdo. Quando você coloca o autônomo, fica ainda pior. Nós já tivemos experiência no setor contábil, onde transformaram todos os funcionários em autônomos. E aí há uma outra incoerência do governo, porque se ele diz que a Previdência está quebrada, no momento que transforma os trabalhadores em autônomos, o pouco salário que eles vão receber, com certeza não irão pagar a Previdência Social", afirma Melo.

Durante a audiência, foi lançado o livro "O dragão debaixo da cama – Impacto das reformas na vida dos brasileiros", do senador Paulo Paim (PT-RS).

O livro reúne artigos de mais de 50 lideranças sociais, sindicais, entre elas a CNTC, e populares, jornalistas, juízes, professores e especialistas em Previdência Social e direitos trabalhistas, com opiniões e dados sobre a Previdência Social no Brasil. A distribuição será gratuita.

Participaram do encontro lideranças sindicais, políticos e advogados

Seminário da Fecomerciários--MA debate Reformas Previdenciária e Trabalhista

Com a presença de cerca de 200 lideranças sindicais de várias regiões, políticos e profissionais de Direito, foi realizado nos dias 11 e 12 de maio, em São Luís (MA), o Seminário Estadual dos Comerciários do Maranhão sobre a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista.

Promovido pela Fecomerciários-MA, em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), as propostas contidas na Reforma da Previdência (PEC 287/2016) foram abordadas na parte da manhã pelo professor e vice--presidente de Assuntos da Seguridade Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Décio Bruno Lopes. O período da tarde foi dedicado ao tema da Reforma Trabalhista (Projeto de Lei 6.787/2016), a cargo do advogado e professor Lyra.

Em abordagens didáticas durante os dois dias de evento, os palestrantes fizeram um paralelo sobre como é a situação hoje e como será no futuro, caso a PEC 287/2016 e o PL 6.787/2016, enviados pelo governo, sejam aprovadas pelo Congresso Nacional. A opinião unânime é de que, nos dois casos, há perdas irreparáveis para todos os trabalhadores, tanto da iniciativa privada como do setor público, urbanos e rurais.

A presidente da Fecomerciários-MA, Maria Lauzina Morais, destacou a importância do seminário para os trabalhadores do Maranhão. “Esse debate é muito importante, ele é para esclarecer a classe trabalhadora sobre o ataque aos direitos que vem sendo realizado pelo governo Temer. Essas reformas são medidas desse governo para retirar direitos, restringir a democracia e privilegiar o grande capital no nosso país. Precisamos nos unir e ir à luta.”Participaram do evento, entre outros convidados, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA); o deputado federal Weverton Rocha (PC do B-MA); o deputado federal constituinte Aldo Arantes e o presidente do TRT 16ª, James Magno Araújo.

Presidente da Fecomerciários - MA, Lauzina Morais

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) destaca a importância dos comerciários para o Maranhão

RODADA DAS FEDERAÇÕES

FEAAC inicia rodada de cursos 2017

FEAAC promove cursos sobre Jornada de Trabalho e Rotinas Trabalhistas nos municípios de SP

No início de maio a FEAAC, junto com seus sindicados filiados, começou a rodada de cursos 2017, promovidos em parceria com o dr. Gilson Gonçalves.

Nesta primeira fase, que vai até o final de junho, dr. Gilson passará pelas cidades ministrando dois cursos: "Jornada de Trabalho – Controle Eletrônico de Ponto (REP)" e "Rotinas Trabalhistas e a Relação com o e-Social".

Como a rodada de curso se iniciou em 2016, as cidades que já tiveram cursos no ano passado terão, nesta primeira rodada, o curso "Jornada de Trabalho – Controle Eletrônico de Ponto (REP)", que versará sobre a prática, a legislação e a relação com o e-Social. Já as cidades que estão recebendo os cursos da parceria pela primeira vez terão, nessa rodada, o curso "Rotinas Trabalhistas e a Relação com o e-Social", que trará a explicação prática do e-Social, com aplicação de exercícios e estudo de casos e, em alguns casos, a respectiva relação com o e-Social.

A expectativa da FEAAC, junto com todos seus sindicatos, e do dr. Gilson Gonçalves é de que os cursos deste ano superem os já bem-sucedidos cursos do último ano.

Helena Ribeiro da Siva, Diretora da Secretaria Geral da FEAAC

Fetracom-PA realiza Seminário "As reformas que queremos e que o Brasil precisa"

A Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços dos Estados do Pará e Amapá (Fetracom-PA/AP) realizou, nos dias 1º e 2 de junho, na escola sede da entidade, o Seminário "As reformas que queremos e que o Brasil precisa". Foram debatidas as propostas de reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização, que, segundo os líderes sindicais, precariza o trabalho com carteira assinada, prejudicando, sobremaneira, todas as categorias trabalhadoras.

Para falar acerca das reformas e da terceirização, participaram, como palestrantes, o diretor secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Lourival Figueiredo Melo, assim como o ex-deputado Cláudio Puty. Também proferiram palestras o deputado federal pelo PSOL, Edmilson Rodrigues.

De acordo com o presidente da Fetracom-PA/AP, sindicalista Zé Francisco, durante o evento, também foi dada arrancada, no Pará, pelos trabalhadores comerciários e da construção civil, entre outros segmentos, à campanha pelas "Diretas Já" para a presidência da República, tendo em vista que as medidas, classificadas como "impopulares" pelos movimentos sindicais, têm o comando do atual governo, que ainda "pretende levar tais reformas para o serviço público, a serem implementadas pelos governos estaduais. Caso essas reformas não sejam feitas pelos estados em até seis meses, passa a valer tudo o que for aprovado de reforma trabalhista e previdenciária a nível federal para todas as classes, inclusive de policiais civis e militares", disse Zé Francisco.

Por sua vez, Lourival Figueiredo Melo afirma que tais reformas, que tiram totalmente o poder dos sindicatos, são as mais perversas e acabam com tudo o que está valendo, no momento, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que, ao longo desses anos todos, vem sendo modificada e alterada para estar sempre atualizada. "Essa história de que a CLT está arcaica é um argumento para justificar as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que propõem o fim das férias de 30 dias consecutivos, fomentam o trabalhador a ser Pessoa Jurídica e a não ter vínculo direto com as empresas. Esse trabalhador vai reclamar o que e para quem?" conclui, indagando, o diretor da CNTC.

Cláudio Puty, que é ex-deputado federal, em sua explanação realizada na manhã de sexta-feira (dia 2), disse que no bojo das Reformas Trabalhista e Previdenciária já está incluída a reforma sindical. Os sindicatos não terão mais nenhum poder de negociação e, por fim, perderão o sentido da sua existência. Ele também fez um balanço do crescimento do salário-mínimo, assim como do Produto Interno Bruto – PIB, nos últimos 20 anos, mostrando o quanto houve crescimento e qual a tendência no futuro.

Sindicalistas de Belém e de todas as regiões do Pará e Amapá encontraram-se na capital paraense para participar do evento, que foi concluído com prestação de contas da entidade relativas ao exercício de 2016 e a previsão orçamentária para 2017.

Fonte: *Fetracom-PA/AP.*

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Fecomerciários – MG realiza seminário sobre as Reformas Trabalhista e Previdenciária

O objetivo foi promover um debate para discutir temas relevantes do mundo do trabalho

A Fecomerciários-MG realizou, nos dias 22 a 24 de maio, no Centro de Educação, Lazer e Cultura em São Gonçalo do Pará, em Minas Gerais, o Seminário Impacto das Reformas e a Ação dos Sindicatos. Com a presença de mais de 100 pessoas entre políticos, advogados, representantes do Ministério Público do Trabalho e dirigentes sindicais, o objetivo do evento foi promover uma discussão e análise pautada na PEC da Reforma da Previdência e no PL da Reforma Trabalhista em tramitação no Congresso Nacional.

O presidente da OAB/MG e professor da PUC-Minas, dr. Antônio Fabricio de Matos Gonçalves, apresentou ponto a ponto o texto da Reforma Trabalhista e destacou o quanto o Projeto de Lei é prejudicial ao trabalhador e ao Brasil.

Sob o ponto vista político, o deputado federal Leonardo Monteiro (PT-MG) e o deputado estadual Anselmo José Domingos (PTC-MG) abordaram as dificuldades para trabalhar no parlamento brasileiro com predominância patronal e onde os interesses financeiros têm sobreposto a preocupação com o social.

AÇÃO SINDICAL

Na palestra "Conjuntura Política e Ação Sindical", a dra. Zilmara Alencar, consultora jurídica e advogada especializada em Direito Processual, apresentou informações construídas a partir de análise sobre as implicações jurídicas das reformas e propôs caminhos a serem tomados pelo movimento sindical caso o projeto seja aprovado no Congresso Nacional.

O assessor sindical da Fecomerciários-MG, Francisco Antunes de Oliveira Filho, destacou a importância do seminário para os dirigentes sindicais mineiros. "A partir do conhecimento pessoal, somado aos transmitidos pelos palestrantes, devemos fortalecer a nossa luta em garantia dos direitos trabalhistas dos comerciários."

Aprovada pelo presidente Levi Fernandes Pinto e pela Diretoria, a realização de seminários e cursos faz parte da agenda de trabalho da Fecomerciários-MG. O objetivo é promover um espaço no qual os sindicalistas possam discutir temas relevantes do mundo do trabalho e definir estratégias de luta na defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros, principalmente dos comerciários.

Fonte: Fecomerciários-MG.

Integrantes da diretoria da Fecomerciários - MG

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Relator da CPI da Previdência fala aos dirigentes frentistas no encontro nacional da categoria, em Brasília

ENQUANTO O GOVERNO SE ARTICULA PARA ACABAR COM OS DIREITOS BÁSICOS DOS TRABALHADORES, NO SENADO, PARLAMENTARES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DA PREVIDÊNCIA SE APRESSAM PARA PROVAR QUE NÃO HÁ DÉFICIT E QUE O PROBLEMA DE CAIXA É PROVOCADO PELAS DÍVIDAS DAS GRANDES EMPRESAS COM O INSS. EM 30 DE MAIO, O RELATOR DA CPI, SENADOR HÉLIO JOSÉ (PMDB-DF), APRESENTOU AOS DIRIGENTES DOS SINDICATOS DOS FRENTISTAS, NO ENCONTRO DA CATEGORIA NA CNTC, EM BRASÍLIA, UM ESBOÇO DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS.

Mesmo sendo do partido do presidente Temer, o senador criticou a Reforma da Previdência. Ele afirmou que tanto os trabalhadores da iniciativa privada quanto os servidores públicos não podem ser penalizados para cobrir o rombo da previdência. Segundo o parlamentar, o déficit da previdência é provocado pelas dívidas dos grandes conglomerados econômicos, que não repassam a contribuição ao INSS.

O parlamentar informou que a CPI vai ouvir, nos próximos dias, os 25 maiores devedores da previdência. O senador disse que a JBS, envolvida no escândalo de corrupção do presidente Temer, é a segunda maior devedora do país. Hélio José afirmou que, mesmo sendo do partido do governo, trabalha para abrir a caixa-preta da previdência.

Ele disse que o grande objetivo da CPI é provar que quem tem desconto no contracheque – trabalhadores, servidores públicos e aposentados – não tem culpa do rombo da previdência. “O governo não pode vender a alma do trabalhador com a reforma”. O parlamentar denunciou que a proposta do governo apresenta uma série de contradições e equívocos. O senador criticou também a estratégia do governo de forçar um déficit para empurrar os trabalhadores para a previdência privada. Com o relatório, que deverá ficar pronto nos próximos quatro meses, Hélio José espera desmascarar a questão da reforma perversa contra os trabalhadores.

O senador também criticou a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. Ele pediu aos dirigentes dos frentistas que pressionem os parlamentares em suas bases, para que as reformas não passem no Congresso.

Para o diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto Queiroz, com a Reforma da Previdência o brasileiro

vai morrer sem se aposentar. O analista político disse que a proposta do governo, baseada no modelo europeu, não se enquadra na realidade do país. Antônio informou que o europeu tem condições melhores e vive mais que o brasileiro.

> “O governo não pode vender a alma do trabalhador com a reforma”
>
> **SENADOR HÉLIO JOSÉ**

Com a reforma, o tempo mínimo de contribuição vai aumentar de 15 para 25 anos. Essa proposta vai contra a dura realidade do país, já que cerca de 76% dos aposentados por idade, hoje, não conseguiram comprovar o tempo mínimo proposto pela PEC da previdência. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), na Europa o trabalhador se aposenta aos 65 anos, e usufrui da aposentadoria por pelo menos 19 anos. No Brasil, a expectativa de vida é dez anos menor e o trabalhador sofre com as más condições de salário, alimentação e moradia. O brasileiro morre em torno dos 65 anos e seis meses de idade. Antônio alertou que a matemática não deixa dúvidas, o trabalhador vai morrer seis meses após conseguir se aposentar.

O ex-ministro Aldo Rebelo afirmou que a Reforma da Previdência deveria consertar as deformações existentes, como as altas aposentadorias pagas no serviço público. Ele disse que tem muito trabalhador que ganha pouco pagando a previdência de quem recebe além do que é razoável. Aldo acredita que mesmo com todas as adversidades o Brasil vai retomar o caminho da democracia e do crescimento. Para o ex-ministro, apesar de todos os problemas enfrentados, o país continua sendo a nação mais invejada no mundo por suas riquezas naturais. Aldo afirmou que há um processo de destruição no país. Ele citou como exemplo o escândalo da Lava Jato, que pune principalmente os trabalhadores, que dependem das empresas para ganhar o sustento. Segundo ele, a justiça penaliza a empresa, que fica impedida de renovar contratos de trabalho, enquanto os donos, os verdadeiros envolvidos no escândalo de corrupção, saem do país.

FEDERAÇÕES

Para o presidente da Federação Nacional dos Frentistas (Fenepospetro), Eusébio Pinto Neto, a sociedade brasileira vai sair fortalecida dessa crise, que atinge não só a economia e a política do país, mas também a ética. Ele disse que esse é o momento de os sindicalistas pressionarem para a realização da grande reforma política, com igualdade de direitos para todos. Eusébio Neto criticou duramente as Reformas da Previdenciária e Trabalhista propostas pelo governo. Segundo ele, em um país onde há uma das piores distribuições de renda, a luta do movimento sindical deveria ser para avançar e não para manter direitos básicos. Eusébio afirmou estar confiante de que as reformas não vão passar da forma como o governo quer. “O Brasil vai acabar, as empresas vão falir, já que as reformas vão jogar o povo na miséria. O trabalhador não terá recursos para consumir, isso vai empobrecer o país”, completou.

Eusébio Neto declarou, ainda, que esse é o momento de o movimento sindical investir na capacitação dos dirigentes para restruturar a sua luta.

O presidente da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo, Luiz Arraes, disse que o momento é muito delicado para o sindicalismo. Ele afirmou que nem na época da ditadura as entidades de classes foram tão atacadas, com a ameaça de retirada de direitos dos trabalhadores. Arraes frisou que o movimento sindical está emparedado e precisa se reinventar para se adaptar à nova estrutura. Ele salientou que essa é a hora de os sindicalistas passarem por cima das adversidades. O movimento sindical precisa se unir para resistir às investidas do governo. Luiz Arraes lembrou que a categoria já sofreu ameaça de retirada de direitos na década de 1990, quando tentaram impor as bombas de autosserviço nos postos de combustíveis. “Nós sobrevivemos aos ataques das multinacionais, que queriam retirar o emprego de 600 mil trabalhadores, e vamos vencer mais essa batalha. Tenham confiança nas federações porque precisamos fazer uma marcha unida.

Fonte: Estefania de Castro, assessoria de imprensa da Fenepospetro.

Fotos: Pixel Photography

85 anos: Sindicomerciários Caxias do Sul comemora com grande festa

Este é um ano especial para os comerciários de Caxias do Sul e região. O Sindicato dos Empregados no Comércio comemora 85 anos de lutas e conquistas, obtidas através da união da entidade com a categoria. E, para celebrar o aniversário, a diretoria promoveu, na noite do dia 6 maio, um jantar dançante no Salão Paroquial São Romédio.

A festa começou com a apresentação do Hino Nacional e em seguida foi passado um vídeo que relembrou o percurso do sindicato. O protocolo contou com os discursos do deputado federal Assis Melo (PC do B-RS) e do presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-RS) e da Fecosul, Guiomar Vidor. Ambos ressaltaram a importância dos serviços prestados pelo sindicato à categoria.

Silvio Frasson, presidente da entidade, agradeceu a presença dos comerciários e de todas as autoridades presentes e lembrou a trajetória da entidade e das principais lutas travadas nesses 85 anos de existência. "Chegamos a estes 85 anos com um legado de lutas, dos que vieram antes de nós. Carregamos, todos nós aqui presentes, esta grande responsabilidade: seguir em frente. Para que sigamos avançando, mesmo neste momento, no qual sofremos tantos ataques e nossos direitos estão tão ameaçados, só existe uma questão a ressaltar: precisamos lutar juntos, cada vez mais unidos e mobilizados", concluiu Frasson.

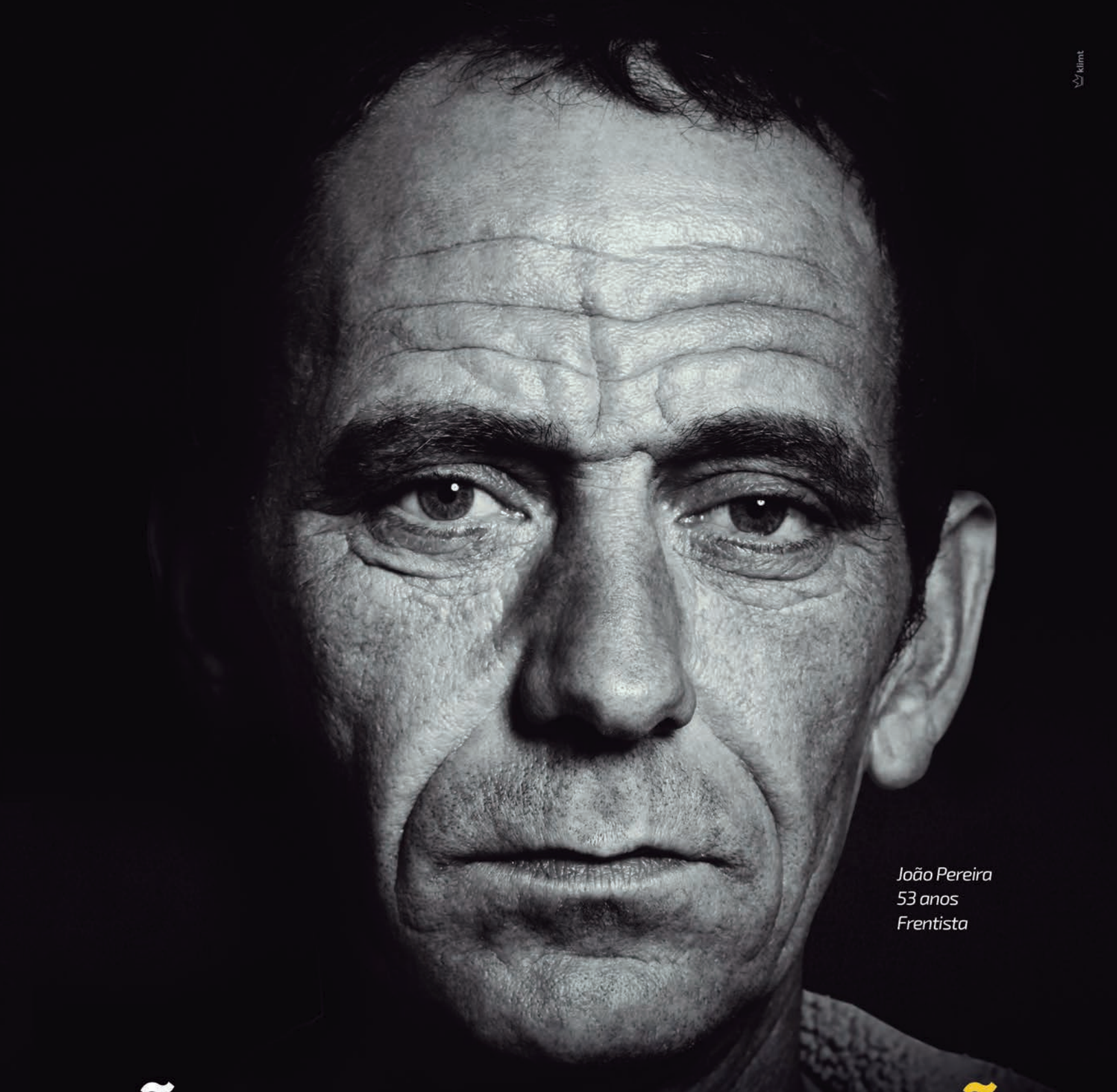
Em sua fala, Silvana Ferraz, vice-presidente da entidade, apontou a importância da figura feminina na luta da categoria. "Quero ressaltar a força e a importância das mulheres no setor comerciário. Foram 85 anos de lutas, que se intensificam ainda mais nesse momento em que presenciamos o crescimento das ameaças à classe trabalhadora", assinalou Ferraz.

Após as falas e homenagens, foi servido o jantar e, após em seguida houve a entrega de premiação dos troféus e medalhas aos vencedores da Copa Sindicomerciários 2017. Por volta das 22h30, a animação da noite ficou por conta do Grupo Musical Voga. A banda animou os participantes com músicas das décadas de 1960, 1970 e 1980.

O Sindicomerciários foi fundado em 11 de maio de 1932. Na época, com o nome de Associação dos Empregados no Comércio, a entidade possuía 21 associados do setor. Hoje, o Sindicato representa mais de 20 mil comerciários na luta por mais direitos.

Fonte: Assessoria de Comunicação – Sindicomerciários Caxias

A REFORMA TRABALHISTA É BOA PARA O BRASIL?



NÃO PARA O BRASIL DO JOÃO.

João é trabalhador há mais de 10 anos no setor de comércio e serviços com carteira assinada. Porém, a Reforma Trabalhista poderá transformá-lo em um trabalhador terceirizado, não garantindo seus direitos mínimos.

Milhões de brasileiros serão impactados caso a Reforma Trabalhista seja aprovada. Ela atinge trabalhadores que precisam de uma segurança trabalhista, em um mercado com tanta rotatividade e demissões constantes. Apesar do que o governo diz, a Reforma Trabalhista tira sim direitos de quem mais precisa.
Afinal, a Reforma é boa para o Brasil de quem?

CNTC
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

www.cntc.org.br